

IDEOLOGIA E ESPAÇO GEOGRÁFICO

Luciano Antonio **FURINI**¹
Eda Maria **GÓES**²

Resumo: Grande parte das abordagens em Ciências Sociais trata das relações sociais implícitas nas lutas de classes. O padrão de organização dos segmentos pertencentes a essas classes em conflito varia de acordo com as potencialidades ideológicas características em cada uma delas. Assim, o estudo da ideologia é intrínseco ao objeto da epistemologia em Ciências Sociais. Identificar as inter-relações entre ideologia e espaço geográfico permite superar possíveis desencontros na relação sujeito objeto, além de possibilitar abordagens com um maior grau de aprofundamento teórico.

Palavras-chave: Ideologia; espaço geográfico; luta de classes; hegemonia.

IDEOLOGY AND GEOGRAPHIC SPACE

Abstract: Most approaches in Social Sciences deal with the social relations implicit in the classes struggle. The standard of organization of the segments pertaining to those conflicting classes varies according to the characteristic ideological potentialities that are present in each one of them. So, the study of this ideology is intrinsic to the epistemology object in Social Sciences. Identifying the inter-relations between ideology and geographic space allows to overcome possible failures with relation subject-object. In addition, it makes possible the approaches in a bigger degree of theoretical deepening.

Keywords: Ideology; geographic space; classes struggle; hegemony.

Introdução

A ideologia, enquanto prática social vivida e costumeira mantida por relações de dominação dissimuladas, propicia um consenso apropriado aos grupos que a sustentam.

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP – luanfugeo@hotmail.com

² Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP – edagoes@fct.unesp.br

No Brasil, podemos identificar que as ideologias dominantes se realimentam por meio do ciclo representacional, o qual tem nos mediadores sociais seu espaço potencial.

A ideologia, para se legitimar, precisa de três elementos indispensáveis: a) ser propagada por mediadores sociais de credibilidade; b) ser atestada por um discurso competente, o discurso do técnico ou especialista; c) ser incorporada por uma massa de analfabetos políticos, pessoas que atingem apenas o aspecto simbólico da política.

Em sua legitimação a ideologia se hegemoniza nos sistemas de objetos e sistemas de ações. Assim o espaço geográfico traz em si duas potencialidades, a de ser lugar de emancipação e lugar de alienação. Ocorre que os vetores formados pela alienação tendem a suprimir os da emancipação principalmente no âmbito simbólico. A ideologia manifesta-se não somente na dissolução da emancipação, mas principalmente no impedimento da gênese emancipatória.

Concepções sobre o conceito de ideologia

Para Eagleton, o conceito de ideologia “surgiu no momento histórico em que os sistemas de idéias conscientizaram-se pela primeira vez de sua própria parcialidade; e isso se deu quando essas idéias foram forçadas a deparar com formas estranhas ou alternativas de discurso” (EAGLETON, 1996, p. 191), sobretudo com a ascensão da sociedade burguesa. No mundo tradicional a visão do mundo era arraigada e singular, já no mundo capitalista ocorre um estado social agitado.

Para Zizek (1996), “a definição mais elementar da ideologia é, provavelmente, a famosa frase de *O Capital* de Marx: *disso eles não sabem, mas o fazem*” (ZIZEK, 1996, p.312, grifos do autor), ou seja, a falsa consciência da realidade social cuja ingenuidade característica permitiria a crítica ideológica.

Eagleton propõe superar a idéia de ideologia como sinônima de pensamento tendencioso ou parcial, pois, destaca, *todo pensamento é assim*. Ele continua sua abordagem mostrando que é em Gramsci que se efetua a transição de ideologia como sistema de idéias para a idéia de ideologia como prática social vivida e costumeira. Gramsci, ao se referir às maneiras como um poder governante obtém o assentimento à sua dominação daqueles a quem subjuga, tratará esse processo como hegemonia. Esta, mais ampla que ideologia, leva a indagação “como se pode combater um

poder que se tornou o *sensu commun* de toda uma ordem social, em vez de ser amplamente percebido como alheio e opressor?” (EAGLETON, 1996, p. 197).

Buscando diferenciar hegemonia, governo e ideologia, Chauí destaca que:

A hegemonia se distingue do governo (o *dominium* como instituição política e, em tempo de crise, como uso da força) e da ideologia (como sistema abstrato e invertido de representações, normas, valores e crenças dominantes). Não é forma de controle sócio-político nem de manipulação ou doutrinação, mas uma direção geral (política e cultural) da sociedade, um conjunto articulado de práticas, idéias, significações e valores que se confirmam uns aos outros e constituem o sentido global da realidade para todos os membros de uma sociedade, sentido experimentado como absoluto, único e irrefutável porque interiorizado e invisível como o ar que se respira. (CHAUÍ, 2003, p. 90)

É nas relações entre o representado e o praticado que ideologia e hegemonia se entrelaçam conferindo constantemente nova significação ao espaço geográfico. As ideologias não são unicamente formas de dissimulação opressora, mas também outras formas diversas. A diferença está no grau de influência e abrangência que torna uma ideologia uma regra altamente incorporada.

Gramsci sugere não usar negativamente o termo ideologia. Existem as necessárias a uma dada estrutura social e as das especulações arbitrárias dos indivíduos. Daí que, para ele, a consciência popular não deveria ser descartada como puramente negativa.

Para Adorno - marxista da Escola de Frankfurt – o mecanismo de troca abstrata é o segredo da ideologia em si. A equivalência abstrata surge para este autor como central em relação ao conceito. Para ele, a ideologia também é uma forma de *pensamento identificatório*, sendo a identidade a *forma primeira de toda a ideologia*. Assim a ideologia também é a homogeneização, igualando fenômenos distintos (por exemplo, internalizar a liberdade capitalista como liberdade em si) (EAGLETON, 1996, p. 201).

Para Habermas, a ideologia é “uma forma de comunicação sistematicamente distorcida pelo poder – um discurso que se tornou um meio de dominação e que serve para legitimar as relações de força” (EAGLETON, 1996, p. 203). Segundo ele, existe uma racionalidade

profunda nas próprias estruturas de nossa linguagem. São os interesses, que Habermas denomina de ideologia (para este o oposto de ideologia seria a crítica emancipatória).

As abordagens relativas à ideologia comportam deslizamentos que são em si ideologias. Althusser afirma que na *internalização da lei* nos tornamos sujeitos humanos livres e autônomos, precisamente por nos submetemos obedientemente ao sujeito, ou a lei (EAGLETON, 1996, p.218). Especificamente neste caso, ele suprime parte da narrativa freudiana em que se apóia, na qual Freud mostra que “o eu rebela-se contra seu senhor imperioso quando suas exigências tornam-se por demais insuportáveis” (EAGLETON, 1996, p.218). Independente desta limitação da exposição de Althusser, ainda segundo Eagleton, sua abordagem:

Representa um dos grandes avanços nesse tema no pensamento marxista moderno. A ideologia já não é, agora, apenas uma distorção, uma reflexão falsa, uma tela que intervém entre nos e a realidade, ou um efeito automático da produção de mercadorias. É um meio indispensável para a produção de sujeitos humanos. (EAGLETON, 1996, p.218)

Desse modo, para Althusser ideologia não é uma questão de idéias e sim uma estrutura que se impõe a nós, sem necessariamente ter que passar pela consciência. Isso é relevante ao notarmos que Althusser herdou de Gramsci a noção de ideologia como comportamento habitual.

Bourdieu (1994) trabalha as microestruturas da ideologia. Ele examina os mecanismos pelos quais a ideologia adquire poder na vida cotidiana. Utiliza o conceito de *habitus* como inculcação de disposições duradouras que geram práticas específicas e um princípio gerador de estratégias frente a situações imprevisíveis. Ele ressalta, desse modo, que o *inconsciente cultural* – para ele os indivíduos agem em sociedade de acordo com sistemas internalizados – descarta uma obediência consciente às regras. É nesse contexto que Bourdieu utiliza o conceito de *doxa* como referência a uma “ordem social tradicional estável em que o poder é plenamente naturalizado e inquestionável, de modo que jamais possa ser imaginado um arranjo social diferente do existente. Nela, por assim dizer, sujeito e objeto fundem-se um com o outro de maneira indistinguível” (EAGLETON, 1996, p.223). Daí que para ele o reconhecimento da legitimidade é o desconhecimento da arbitrariedade.

Os conceitos de *campo* e *violência simbólica* dão uma caracterização explícita das idéias acima. *Campo* seria “um sistema competitivo de relações

sociais que funciona de acordo com sua lógica interna, composta de instituições ou indivíduos que competem pelo mesmo interesse. Em geral o que está em jogo nesses campos é a obtenção da máxima predominância dentro deles” (EAGLETON, 1996, p. 224). O campo seria estruturado por um conjunto de regras dissimuladas. É assim que o conceito de *violência simbólica* é apresentado, pois, esta violência seria implementada como essas regras, ou seja, dissimuladas para não serem percebidas como violência. “A violência simbólica é, pois, a maneira de Bourdieu repensar e elaborar o conceito gramsciano de hegemonia” (EAGLETON, 1996, p. 224).

O lugar não ideológico?

Zizek (1996) nos instiga indagando se a pretensão de podermos aceder a esse lugar não será o exemplo mais patente de ideologia. Para ele, ideologia pode designar qualquer coisa. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evita-la e deixar de aparecer quando claramente se esperaria que existisse. Ele propõe, desse modo, se não seria o caso de ser a explicação *complexo de Édipo* a ideologia em sua expressão mais pura. Desse modo, continua, a saída da ideologia é a própria forma de nossa escravização a ela (ZIZEK, 1996, p. 10). Para o autor, a fuga da ideologia pode ser a ideologia por excelência.

Contudo, Zizek sustenta, apoiando-se em Kant, que “é possível assumir um lugar que nos permita manter distância em relação a ela, mas esse lugar de onde se pode denunciar a ideologia tem que permanecer vazio, não pode ser ocupado por nenhuma realidade positivamente determinada; no momento em que cedemos a essa tentação, voltamos à ideologia” (ZIZEK, 1996, p. 22-23).

Para Zizek, é Jacques Derrida quem vai apontar o caminho deste lugar ao apresentar o conceito de espectro. Este, segundo seu formulador, implica que:

A realidade nunca é diretamente ‘ela mesma’; só se apresenta através de sua simbolização incompleta/falha [...] *O que o espectro oculta não é a realidade, mas seu ‘recalcamento primário’, o X irrepresentável em cujo ‘recalcamento’ fundamenta-se a própria realidade*” Deste modo “o ‘cerne’ pré-ideológico da ideologia consiste na *aparição espectral que preenche o buraco do real*” (ZIZEK, 1996, p. 26, grifos do autor)

O que Zizek vai *tirar da manga* para corroborar com o conceito de espectro fundamenta-se na idéia de que o conceito de luta de classes é uma espécie de busca pela totalidade, porém, que é concomitantemente em si mesmo um impedimento desta busca. Ora, vista deste modo, a luta de classes “não é nada mais do que o nome do limite impercrustável que é impossível de objetivar, situado dentro da totalidade social, já que ela mesma é o limite que nos impede de conceber a sociedade como uma totalidade fechada” (ZIZEK, 1996, p. 27).

Observe-se que o espectro proporcionado pela luta de classes encobre tudo o que escapa a representação, “a própria invisibilidade da luta de classes (a ‘paz de classes’) já é um efeito desta – ou seja, a hegemonia exercida por um dos lados na luta” (ZIZEK, 1996, p. 28). Note-se também que, o meio em que ocorrem estas lutas de classes implica uma constante absoluta impossível, já que este meio (sociedade) teria que ser neutro às lutas. Justamente o que buscamos mostrar neste trabalho é que o espaço geográfico – enquanto um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1999) – possui estágios de interferência que embora não sejam em si determinantes, constituem um sistema para muito além da neutralidade.

Quando, por exemplo, se transfere para a área partidária e parlamentar os conflitos sociais, retirando-os de seus locais de origem, essa transferência possui, além do componente político, um componente espacial importante, pois a abstração da luta perde seu componente espacial, sem o qual os oprimidos visualizam apenas a dimensão manipulada da luta.

Voltando então a questão do lugar não ideológico tem-se que:

O importante é que a própria constituição da realidade social implica o ‘recalcamento primário’ de um antagonismo, de modo que o esteio fundamental da crítica da ideologia – o ponto de referência extra ideológico que nos autoriza a denunciar o conteúdo de nossa experiência imediata como ‘ideológico’ – não é a ‘realidade’, mas o real ‘recalcado’ do antagonismo (ZIZEK, 1996, p. 30).

Identificar o espectro seria então o primeiro passo para se aceder a esse lugar.

Um espectro no materialismo histórico

É deste modo que Zizek chega a apontar a lacuna surgida no cerne do materialismo histórico, ou seja, o seu caráter incompleto:

A idéia de uma teoria da ideologia sempre foi apenas um modo de completar idealmente o materialismo histórico, de tapar um buraco em sua representação da totalidade social e, assim, um modo de constituir idealmente o materialismo histórico como um sistema explicativo completo em seu gênero, ao menos ‘em princípio’. (BALIBAR apud ZIZEK, 1996, 33)

O antagonismo social (luta de classes) seria o lócus dessa lacuna a ser conceituada (e não tampada) como irreduzível por ser constitutivo. Enfim, aqui o conceito de ideologia denota o objeto da complexidade não totalizável.

Zizek (1996, p. 328) continua, afirmando que o marxismo não conseguiu levar em conta o resto real que escapa à simbolização. Podemos dizer que Antonio C. R. Moraes em seu livro *Ideologias Geográficas* (1996), mostra que o pensamento geográfico também apresenta correspondência com este espectro, quando o economicismo toma conta de grande parte das abordagens. No entanto, ele indica como a ideologia também pode dissimular abordagens relevantes, pois “quantos elementos podemos apreender da leitura de autores que, por um veto ideológico, poderíamos desprezar” (MORAES, 1996, p. 20).

Ideologia e período histórico-geográfico

O aspecto ontológico da abordagem histórica permite a manipulação do tempo. Passado e futuro já estão objetivados de modo que, para além do real, o simbólico preenche o espaço vazio ou esvaziado.

A História possui um caráter temporal que não apresenta somente o passado (e seus marcos históricos), mas também apresenta o futuro perfeito (ao mostrar os excessos e as faltas no passado), embora a crítica também se dirija à manipulação da história. A essência do tempo ideologizado é então a força do passado e do futuro objetivada no presente.

A materialidade e a simbolização expressa no espaço estão impregnadas de dissimulações objetivadas. Um sistema ideológico busca sua materialização e simbolização. Essa busca é tanto impulsionada como obstruída por permanências e transitoriedades ocorridas no meio vetorizado. A essência do espaço ideologizado é, desse modo, o grau de aptidão a um sistema de poder e a força hegemônica deste, no qual o grau de valorização subjetiva do espaço permite identificar aspectos da ideologia dominante por meio da representação do lugar (MORAES, 1996, p. 25).

Santos (2002) caracteriza o período atual. Os períodos só são identificáveis de maneira eficiente se a abordagem não desunir espaço e tempo. Um período apreendido permite a identificação da hegemonia, ideologia e historicidade dominante no mesmo. O período implica uma totalidade ontológica em si, mas também uma parcialidade por ser portador de rugosidade e sistemas que permanecem, como determinada organização e contínuo antagonismo social. *Conflitos espaciais* surgem em meio aos sistemas e em seus graus de predominância. Embora os conflitos espaciais permaneçam os reordenamentos de cada período mudam os seus efeitos. A essência do período é a simultaneidade identificável enquanto totalidade, mesmo esta estando espectralmente completada. O antagonismo sócioespacial de cada período ajuda a revelar não somente os processos ideológicos, como também os processos manifestos ou objetivados, pois, ao configurarem o espectro se deixam aparecer justamente onde estão ausentes. Porém, nunca totalizam o real. É dessa forma que o consenso e a interiorização hegemônica não aparecem, mas estão presentes.

Ideologias Brasileiras

Moraes (1996) sugere “a necessidade de não dissociar o produtor, o produzido e o contexto de sua produção” (MORAES, 1996, p.21), devido à relatividade histórica e cultural do conhecimento. Desse modo, ele lança a questão: “como as concepções do espaço atuam na construção material do espaço num dado país, e como atuam na própria representação do país?” (MORAES, 1996, p.33).

O símbolo nação e o símbolo cidadão são operadores básicos no sistema de classificação social. A construção *nação brasileira* pode ser considerada uma simbolização e implica outra, o *cidadão brasileiro*. Estes são operadores que suprem o vazio como *indivíduo nacional* e *povo nacional*. Para Verdery (2000 p. 242), a nacionalidade implica em sentimento de

pertencimento. Porém, o caráter híbrido do povo brasileiro permite classificar o ser brasileiro como semelhante e diferente do *eu*. Para Jovchelovitch (2000, p.188), o ser brasileiro é híbrido e o ser híbrido conhece pouco as fronteiras que demarcam o *eu* e o outro, além de conhecer pouco o lugar onde se posiciona. Ou seja, o caráter híbrido permite uma manipulação da identificação, quando, por exemplo, os *heróis* esportivos alcançam à glória maior, ao *colocar uma bola* em algum lugar especificado e uma desidentificação, quando um político envolvido em corrupção sucumbe à mídia. Daí que, provavelmente, os brasileiros nunca serão considerados cidadãos em sua totalidade, devido ao caráter híbrido e a desigualdade inerente.

Desse modo, as ideologias são articuladas em meio aos conflitos sócioespaciais que formam um *constructo* delimitado pela possibilidade de manipulação dos símbolos nação brasileira e cidadão brasileiro: a desidentificação/identificação sócioespacial. Essa desidentificação/identificação não permite que o antagonismo social se manifeste como de forma *a-setorial*. Somente ocorrem movimentos de interesses setorializados; como que se um setor não possuísse nada de comum com as reivindicações dos outros.

Os que fomentam essa matriz identitária não o fazem de modo inconsciente e sim vinculando/desvinculando simbolicamente ao que interessa. Isso é parte do que Peter Sloterdijk trata em sua crítica da razão cínica, pois para ele, nesta relação, ao contrário da concepção de falsa consciência de Marx segundo a qual *eles não sabem o que estão fazendo*, “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem” (ZIZEK, 1996, p. 313). O cinismo, nesta obra, observaria, por exemplo, que o enriquecimento lícito é uma forma de corrupção muito mais eficaz, além de ser protegida por lei.

A representação do espaço é, para Moraes (1996) constitutiva da esfera do discurso político, um dos assuntos do âmbito ideológico. Para ele, o nacional é em muito o territorial. Assim, apresenta algumas manipulações ideológicas, as quais não são exclusivas, mas caracteristicamente brasileiras. Destacamos aqui algumas, de forma tipológica para facilitar a exposição:

A *ideologia da conquista* seria uma delas, tendo ocorrido no contexto da *colonização* brasileira, na qual o colonizador era quem a valorizava; a *ideologia do país em construção*, por sua vez, implicava a identificação do país com o seu espaço, sendo a população um atributo dos lugares; já as *ideologias regionalistas* se configurariam nas bases da política do favor e do

clientelismo, garantindo deste modo o sucesso da dissimulação, cuja identidade espacializada permite o corporativismo regional; a *ideologia da democracia*, na qual a limitada democracia representativa é imposta como plena; a *ideologia do progresso/desenvolvimento*, nesta, o símbolo *Brasil moderno* permite complementar a de país em construção e munir a concepção de integração territorial no pós 64.

Os conflitos sócioespaciais do período atual brasileiro sugerem que mudanças como a mecanização da agricultura e a automação industrial não só jogam pessoas para o *locus desemprego*, mas principalmente implicam a possibilidade de articulação e lutas para um espaço social despolitizado ou individualizado.

Além de ser setorializada, a luta é em geral dirigida contra a opressão imediatamente visível e não contra a gênese da opressão, como mostra Chauí:

Por que um bandido como Robin Hood luta contra o xerife e os ricos, mas não luta contra o rei Ricardo? Por que, em geral os operários não se sentem preocupados pelo movimento internacional do capital, mas querem lutar contra o INPS? Por que os posseiros e os bóias-frias imaginam até mesmo lutar contra os capangas do fazendeiro, mas esperam a ajuda do governo? Por que os camponeses do Contestado e de Canudos lutam contra o Estado, mas organizam-se em corpos políticos próprios? (CHAUÍ, 2003, p.53)

Isto porque, para a autora, “a ideologia dominante também representa o espaço político como se o poder estivesse separado das classes”, ou seja, o espaço político “surge configurado por três polarizações: a da classe dominante, a da classe dominada e a da soberania” (CHAUÍ, 2003, p. 59). Contudo, na prática, somente dois pólos existem com a soberania identificada a uma das classes, segundo a qual os oprimidos negam e afirmam o sistema ao mesmo tempo. É desse modo que Chauí caracteriza a ideologia como o:

Discurso *sobre* o social e o político, que procura coincidir com o discurso *da* sociedade e *da* política e que, para tanto, opera uma redução de todas as representações e práticas existentes na sociedade às representações e práticas da classe dominante, parâmetro e paradigma do *optimum*. (CHAUÍ, 2003, P.59, grifos da autora)

A diferença é que ao coincidir o discurso *sobre* o social e o político com o discurso *da* sociedade e da política ocorre à manipulação que confere o tão perceptível fato da incorporação do discurso dominante pela classe dominada. Essa manipulação é facilmente incorporada no Brasil, devido ao fato de as desigualdades sócioespaciais existentes manter em um *estado de desenvolvimento* ideológico, no qual os *analistas* do discurso competente já alcançaram o simbólico *lugar ideal* e assim possuem credibilidade discursiva.

Considerações Finais

Para ABERCROMBIE, N; HILL, S; TURNER (1996, p. 156) quase todos os teóricos marxistas afirmam que a ideologia não pode ser vista como determinada pela economia, mas é, pelo contrário, relativamente autônoma. Barrett (1996 p. 239) destaca que “Gramsci manteve-se como o expoente por excelência de uma teoria não determinista da ideologia”. Essas asserções implicam a aceitação da existência de sistemas ideologizados formados no âmbito da auto-organização e mantidos já não somente por determinada classe, mas por um conjunto de sistemas com potencialidade de auto-organização.

Nossa proposta é que a ideologia é uma fundamentação racionalizada na dissimulação sócioespacial, como que uma bússola quebrada cujo *norte* referencial pode ser manipulado para além do magnetismo próprio. Contudo, a ideologia se dá mais fortemente pela credibilidade na técnica *bússola* (porém, com um analfabetismo técnico, não reconhecendo o defeito), que pela manipulação em si da mesma. Ora, a racionalidade dos sistemas de objetos e de ações – ou seja, a dinâmica que da funcionalidade ao espaço geográfico – está a todo o momento interagindo entre técnica e lógica. Nessa interação, a ideologia se dá em maior peso pelos que não vêem que por aqueles supostos manipuladores, ou de outra forma: o analfabetismo (político, econômico, técnico, entre outros) não está na ausência de racionalidade e lógica e sim na aceitação destas como naturais. Ficamos então alinhados com a idéia de que a ideologia tem potencialidades de autonomia. O *antídoto* contra os efeitos perversos da ideologia passa pelos domínios da epistemologia. Os contra-saberes, como a politicidade – que é, como mostra Demo (2003, p. 30), a capacidade de confrontar com os limites impostos – devem superar o domínio lógico e racional linear.

Referências Bibliográficas

- ABERCROMBIE, N; HILL, S; TURNER, B. S. Determinismo e indeterminismo na teoria da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj. (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.153-166.
- BARRETT, M. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ZIZEK, Slavoj. (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.153-166.
- BOURDIEU P. “Esboço de uma teoria da prática”. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994.
- BOURDIEU P.; EAGLETON T. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, Slavoj. (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.265-278.
- CHAUI, Marilena Souza. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 10.ed. São Paulo, Cortez, 2003.
- DEMO, Pedro. *Pobreza da pobreza*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- EAGLETON T. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ZIZEK, Slavoj. (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.179-226.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MORAES, Antonio C. R. *Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- VERDERY, K. Para onde vão a “nação” e o “nacionalismo”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.239-247.
- ZIZEK, Slavoj. Como Marx Inventou o sintoma? In: ZIZEK, Slavoj. (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.7-38.